

## APRESENTAÇÃO

“ [...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isto não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. “ Jeanne Favret-Saada (2005, p. 160).

Era pensando nas dificuldades iniciais de seu trabalho de campo no Bocage francês que Jeanne Favret-Saada teceu essas palavras. Ao tentar lançar inteligibilidade sobre as práticas de feitiçaria desta região, ela mesma, vez por outra, colocava em dúvida a sua vocação pela etnografia e ao mesmo tempo se via implicada por um conjunto de trabalhos que a antecederam.

De um lado, estava a antropologia anglo-saxã, da qual os seus entusiastas como Evans-Pritchard e Victor Turner declaravam a ausência de práticas de feitiçaria na Europa rural de 1960, de outro, havia a tradição de folcloristas europeus que pouco tinham a ajudar na empreitada de Favret-Saada. Estes últimos como se estivessem se escondendo por trás dos aventais brancos da ciência, preferiam fazer usos de questionários do que se assujeitarem a conversar com quem deveria ser seus/as

interlocutores/as mais percucientes, isto é, os/as próprios/as terapeutas e desenfeitiçados/as do Bocage.

Nas primeiras incursões à campo, Favret-Saada percebeu que os sujeitos de pesquisa estavam deliberadamente evitando falar dos ritos de desencantamento, remetiam a feitiçaria como se fosse uma realidade longínqua e ultrapassada pelos modos de vida atuais. Entretanto, a etnóloga denotou bem quais as [re]xistências estavam sendo sutilmente incutidas nos meandros dessas evasões de sentido, se comportando quase como os rizomas de Deleuze (1995), em que as deformações anárquicas do polo virtual, ou seja, a omissão renitente dos/as interlocutores/as, desestabiliza a síntese limitativa do polo extensivo, expressa ora nos aparelhos do Estado, ora nas negativas da literatura antropológica.

As reticências dos/as habitantes do Bocage evidenciavam um jogo político que eles/as não estavam predispostos/as a se engajarem: aquele da Grande Divisão entre “nós” e “eles”, entre os “nativos” e os “etnógrafos”, entre os/as que não “sabem” que “sabem” e os/as detentores/as das proposições antropológicas tidas como verdadeiras:

“ [Eles/ as] recusaram obstinadamente a jogar a Grande Divisão comigo, sabendo bem onde isso deveria terminar: eu ficaria com o melhor lugar (aquele do

saber, da ciência, da verdade, quicá algo ainda mais alto), e eles, com o pior. A Imprensa, a Televisão, a Igreja, a Escola, a Medicina, todas as instâncias nacionais de controle ideológico os colocavam à margem da nação sempre que um caso de feitiçaria terminava mal.” (FRAVET-SAADA, 2005, p. 157).

Se, de um lado, as narrativas antropológicas se inclinavam a prover deslizamentos de sentido – decalques na acepção filosófica do termo –, estabilizando as fulgurações anárquicas para apresentar a etnóloga uma estória pronta do desaparecimento da feitiçaria na Europa, de outro, ocorria aquilo que Deleuze (1995) denomina de “contraefetuação do virtual”. A condição limitativa do atual, seja das instâncias de controle francês, seja da texturologia de até então – a dos antropólogos anglo-saxões e dos folcloristas europeus –, era habilmente dissuadida pela omissão – ou uma presença virtual – na fala dos/as interlocutores/as que interferiam no projeto de conhecimento de Favret-Saada.

Daí o sentido de dizer de que toda etnografia, se leva à sério as formulações nativas, parece estar destinada a um certo devir antropofágico, a canibalização do aparato conceitual da antropologia. É por isso que as referências do pensamento ameríndio não dependem estritamente da etnologia indígena para existirem. Elas são tautegóricas, forjam os seus próprios referentes como diria Viveiros de Castro (2008), de modo semelhante aos percursos microbianos, as criatividades inauditas que desafiavam a cidade panóptica de Michel de Certeau (1998). Estas táticas, por não estarem completamente auguradas pelos/as planejadores/as

urbanos/as e/ou pela texturologia em voga, conseguem se rebelar contra o *status quo*.

Aqui e ali, tanto nas matas ameríndias, quanto nas esquinas da metrópole, vemos expedientes etnográficos que implicitamente deturpam a própria antropologia, levando-a a rever os alicerces conceituais, os jogos autorrefletidos dos/as pesquisadores/as. Perguntamos: no encontro etnográfico, quais conceitos podemos mobilizar para exprimir as concepções ameríndias, uma vez que o que temos à disposição são as nossas próprias categorias? Como descrever os “outros mundos possíveis” (VIVEIROS DE CASTRO, 2008) sem que, no final das operações, possamos ver um reflexo narcísico de nós mesmos?

Isto explica porque Favret-Saada antepõe a etnografia num liame entre o quase esfacelamento do projeto de saber e na imanência de uma viagem iniciática à alhures. De um ponto ao outro, entre o liquidificador modernizante do Estado e o *plenum* anímico dos Yanomani (VIVEIROS DE CASTRO, 2015a), entre a geometria citadina com suas linhas euclidianas e as táticas dos/as andarilhos/as urbanos/as (CERTEAU, 1998), entre as denegações da literatura e as experiências de encantamento do Bocage (FAVRET-SAADA, 2005) se coloca mais do que um interstício metodológico e talvez seja exatamente aí nessa dimensão de “deixar-se ser afetado”, abdicar das tentativas de racionalização do vivido, que as vicissitudes etnográficas possam insurgir contra as certezas antropológicas mais arraigadas de nosso pensamento.

Nesse campo de poder, cabe insistir uma vez mais na clássica pergunta de Spivak (2010): pode um/a subalterno/a falar através de nossos artigos? Ou nós abruptamente lhe tomamos a palavra e discursamos em nome dele/a e para ele/a? Como driblar a violência epistêmica passível de ser replicada pelas nossas publicações com noções mais simétricas? Em certa medida, as respostas para tais indagações dependem das “políticas etnográficas” (ROBERTI-JUNIOR; CARIAGA; SEGATA, 2015; RIFIOTIS, 2016) que lançamos mão, as maneiras como articulamos campos teóricos, metodológicos e políticos ao registrar e fazer ouvir as narrativas de nossos/as interlocutores/as.

Se na “disjunção relacionante” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b) entre a etnografia e a antropologia, desenhamos o “menino do possível” de Veiga (2000) no primeiro volume do dossiê de “Experimentações Etnográficas”, no segundo não podemos deixar de ser afetados por um dos episódios mais contundentes para a história da antropologia brasileira, o incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro (RJ), em setembro de 2018. As coleções etnográficas, históricas, paleontológicas e das ciências naturais não correspondiam simplesmente ao acervo da primeira instituição científica desse país, mas representavam algo a mais. Não era apenas a memória dos fatos e eventos ali ocorridos adicionados da monumentalidade dum edifício imperial situado em plena Quinta da Boa Vista que explica a tamanha repercussão do incêndio, há algo que escorrega pelas palavras e não encontra

ressonância possível ao nível da retórica, dos textos noticiosos e de testemunhos que tentam avalizar as implicações desse fatídico evento para antropologia praticada no Brasil.

Essa incompletude seminal dos textos que tentam discorrer sobre o que o Museu Nacional se tornou a partir de 2 de setembro de 2018 talvez possa ser suscitada por duas ideias centrais que movimentaram a dupla edição deste dossiê: linhas e socialidades. Certamente, não seria exagero dizer que o Museu Nacional representa mais do que ele mesmo, mais do que a compleição física de seus claustros, mais do que os 20 milhões itens que foram incinerados, mais do que as personagens históricas e os seus até então assíduos/as frequentadores/as, especialistas no campo da antropologia e das ciências naturais. A relação entre os acervos-peças museológicas-viajantes-pesquisadores-outras instituições de pesquisa, assevera o quanto a realidade máxima expressa na materialidade do Museu e de seus acervos se relacionava com uma série de alteridades próximas e distantes, entes humanos e não humanos, que conferem a natureza *sui-generis* e incomensurável da instituição antes e depois das suas ruínas.

As linhas e socialidades comportam-se assim: tendem a se desnovelar dentro de determinados nexos, interseccionam e consubstanciam as trajetórias, retiram o véu reificado de suas realizações contumazes e demonstram que mesmo os objetos mais sacralizados das coleções arqueológicas não deixam de se movimentarem, demandando a comparação com itens itinerantes e a entrada

em cena de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros/as, isto é, o Museu Nacional e os seus acervos tinham agenciamentos internos e externos. Mas se as socialidades e as linhas não são necessariamente transparentes e voluntárias, então há algo nelas que suplanta a intencionalidade e as tornam, em certo sentido, “inenarráveis” - semelhante ao afeto não representado de Fravet-Saada. A afetação que se produziu no rescaldo do incêndio encontra por ora um eco plausível nos prantos e soluções dos/as funcionários/as do Museu enquanto o prédio ainda ardia em chamas. Mas como transpor para a escrita etnográfica a dor de um choro? Como mensurar aquilo que não tem justa medida? E sob este caráter incomensurável dos afetos, das memórias e das perdas que dedicamos os artigos aqui reunidos em homenagem ao Museu Nacional.

Neste segundo volume, elencamos dez artigos a fim de continuar as reflexões sobre os desafios nas trajetórias etnográficas, já proposta no primeiro volume, sendo que nesta edição nos sentimos afetados por uma atmosfera esfumaçada e imiscuída por incertezas. No mesmo período em que redigimos esta apresentação – em meados de setembro de 2018 – parte da memória da antropologia no Brasil fora reduzida a cinzas.

Daí o sentido de abrir este dossiê com o artigo de Luana Carla Martins Campos Akinruli e Samuel Ayobami Akinruli. Ambos lançam discussões concernentes com esse momento que estamos atravessando em nosso país em relação à memória, ao patrimônio cultural e aos nossos acervos. No texto, “Direito à memória, direito à história: reflexões sobre as relações entre o patrimônio cultural e a

etnografia”, podemos acompanhar alguns desfechos da problemática da memória a partir das investigações no campo do patrimônio cultural. Os autores questionam, por exemplo, os critérios de seleção, abordando sobre o que deve ser esquecido ou aquilo que tem o direito de ser lembrado pela sociedade. Trata-se de um texto interdisciplinar que valoriza e abre espaço para a polifonia, o que na opinião dos autores, vem a ser o paradigma de construção do conhecimento.

O texto seguinte é o artigo de Marcelo Rolim Manfrini, seu trabalho propõe analisar sobre o tema “Etnografia na arqueologia: um caminho ético para a etnoarqueologia”. Neste texto, ele discute sobre o engajamento do/a antropólogo/a e seu relacionamento com as comunidades vivas. O autor lança reflexões a respeito da ética e da autocrítica, observando sobre os inúmeros cuidados e atitudes que devem ser tomados numa pesquisa de campo.

O terceiro artigo, escrito por Emília Guimarães Mota, sob o título “Antropologia como campo transformativo”, apresenta o campo de pesquisa com o qual ela trabalha, religiões de matriz africana, e lança o debate sobre a disposição do/a pesquisador/a em deixar-se “ser afetado”, no sentido atribuído por Favret-Saada (2005). O texto aborda possibilidades que o/a antropólogo/a pode ter ao colocar-se mais aberto/a aos imponderáveis do campo. Isto com vistas a construir um projeto que aceite as relações estabelecidas e os diálogos, as categorias, os elementos e as descobertas possíveis durante o percurso da pesquisa. Sua proposta é que a teoria nativa e a teoria antropológica sejam

colocadas em diálogo e que o produto desse encontro se afaste, portanto, da perspectiva que hierarquiza os saberes científicos e nativos, propondo um “caminho ao meio”.

Em “Análise das políticas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto-sensu* da Universidade Federal de Goiás”, Marta Quintiliano problematiza as práticas de exclusão e racismo institucional no ambiente acadêmico. Sua pesquisa aborda importantes questionamentos, trazendo o debate sobre o epistemicídio, convidando-nos a pensar sobre a lógica neoliberal que sombreia as nossas instituições, bem como a perspectiva monoepistêmica do nosso ensino. Seu texto também aventa os possíveis caminhos para a superação do racismo institucional.

No quinto texto, denominado “A nova militância feminista - a ocupação dos espaços virtuais na perspectiva do Movimento Estudantil Feminista”, as autoras Luísa Cerqueira Credi-Dio e Fabiana Jordão Martinez apresentam resultados de suas pesquisas etnográficas com jovens que participam de coletivos feministas ligados ao movimento estudantil – a União Nacional dos Estudantes. Ao concluírem que a militância estudantil feminista passou por inegável processo de expansão e autonomia, as autoras reconhecem que, a exemplo de diversos movimentos sociais, o feminismo também tem se valido largamente das plataformas virtuais de comunicação para fazer repercutir as suas reivindicações.

Em “Etnografia virtual e gênero: masculinidades, cultura e poder na contemporaneidade brasileira”, a autora Flávia Valéria C. Braga Melo também percorre o caminho da etnografia virtual a fim de discutir sobre as masculinidades

nas mídias digitais e o uso destes ambientes como alternativas de resistência, ou seja, táticas de subversão contra a ordem masculina. Assim, o artigo discorre sobre o percurso destas pessoas na internet, que interagem e se expressam, a fim de conhecer, por meio de uma interpretação antropológica, como o discurso do ódio e da intolerância ganham materialidade nesse novo contexto.

Outro texto envolvendo pesquisa de campo no ciberespaço é o artigo “Equilíbrio no caos e vice-versa: entre campos e contrapontos da pesquisa em arte digital” de Vinícius Volcof Antunes, que se distancia dos dois artigos anteriores por adentrar em novos debates, desta vez, envolvendo a experiência de campo entre o *on* e *off-line* numa pesquisa sobre exposição em arte digital (Exposição de arte digital Homeostase @TheWrong). Neste trabalho, o autor discorre sobre a ontologia do virtual e a produção de subjetividade que ela opera como aspectos fundamentais para iniciar nosso entendimento sobre os novos espaços em que desenvolvemos nossas pesquisas.

No artigo de Rosane Castilho, sob o enunciado “A etnografia multilocal como abordagem para desvelar horizontes biográficos de jovens estudantes secundaristas das periferias de Goiânia, Lisboa e Madrid”, a autora apresenta os resultados de sua pesquisa de campo envolvendo diferentes grupos juvenis acerca de suas subjetividades, buscando a compreensão dos aspectos que impactam na construção do projeto de vida destes jovens estudantes secundaristas em três países (Brasil, Portugal e Espanha). Seu trabalho ajuda a pensar noutras possibilidades etnográficas,

como o uso da etnografia multilocal, bem como a abordagem metodológica denominada *Roda de Conversa*.

O penúltimo artigo, intitulado “Protestos de junho de 2013: etnografia do conflito, desdobramentos, controle e mobilização social”, de Cláudia Peixoto Cabral, trata da experiência e trabalho de pesquisa antropológica no campo dos protestos e dos conflitos que ocorreram entre 2013 e 2014 nas ruas do Brasil. Em seu texto, a pesquisadora analisa algumas das consequências e transformações políticas que vieram à tona após os protestos de junho de 2013. Neste sentido, Cabral se desdobra entre a etnógrafa e a manifestante, tentando lançar luz neste fenômeno ao mesmo tempo pungente e fugidio.

Para encerrar a sessão, a autora Carolina Cadima Fernandes Nazareth apresenta seu trabalho denominado “O rural e o urbano: classificações precisas para realidades imprecisas. O caso de cruzeiro dos Peixotos”, a fim de relatar como se deu sua experiência etnográfica no distrito de Cruzeiro dos Peixotos, no município de Uberlândia - MG. Como fruto de sua pesquisa de mestrado, a autora se preocupa em demonstrar o quanto categorias tão aparentemente fechadas, como o rural e o urbano, mobilizam negociações cotidianas entre os moradores e visitantes da vila de Cruzeiro dos Peixotos. Seu texto é um convite para se pensar em novas possibilidades de análise, abrindo espaço para novas perspectivas dentro da Antropologia, principalmente pelo seu uso da etnografia.

Agradecemos aos autores e autoras pelas contribuições e desejamos a todos uma excelente leitura dos

artigos reunidos neste segundo volume do dossiê “Experimentações etnográficas: entrecruzando linhas e socialidades”.

Atenciosamente,

*Antônio Augusto Oliveira Gonçalves*

*Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo*

*Paulo Brito do Prado*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, M. Práticas de Espaço. In: CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, v. 1. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 169-220.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia 2*, v. 1. São Paulo, Editora 34, 1995.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado*. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005

RIFIOTIS, T. *Etnografia no Ciberespaço como “Repovoamento” e Explicação*. In: SEGATA, J.; RIOFIOTIS, T. Políticas etnográficas no campo da Cibercultura. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Ed. Letradágua, 2016, p. 129-152.

ROBERTI-JUNIOR, J. P.; CARIAGA, D. E.; SEGATA, J. *Antropologia como (In)Disciplina: notas sobre uma relação imprecisa entre campo e escrita*. Ilha Revista de Antropologia, v. 17, n. 2, p. 101-122, 2015.

SPIVAK, G. C. *Pode um subalterno falar?* Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2010.

VEIGA, J. J. *Melhores contos*. São Paulo: Global, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis*. In: SZTUTMAN, Renato. (Org.). Eduardo Viveiros de Castro. *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008, p. 226-259.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Prefácio – o recado da mata*. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015a, p. 11-41.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015b.